



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ

O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ



PACUJÁ- CE





PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ

O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



[...] Minha vida, nossas vidas formam um só diamante.

Aprendi novas palavras e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção que faça acordar os homens e adormecer as crianças”.

Canção Amiga Carlos Drummond de Andrade – 1948



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ

O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



Raimundo Rodrigues de Sousa Filho
PREFEITO MUNICIPAL DE PACUJÁ

José Silva de Abreu
VICE-PREFEITO

Maria Lucivane de Souza
SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Maria Eleniuvia Farias
ASSISTENTE SOCIAL DA GESTÃO

Herles Henrique Freire
**Supervisor do Programa Primeira Infância no SUAS
COLABORADOR**

João Hernando Rodrigues Alves
COLABORADOR

Breno de Abreu Lopes
Colaborador

Maria das Graças Pereira de Moraes
Colaboradora

Maria Eleniuvia Farias
**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**





ELABORAÇÃO DO PLANO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

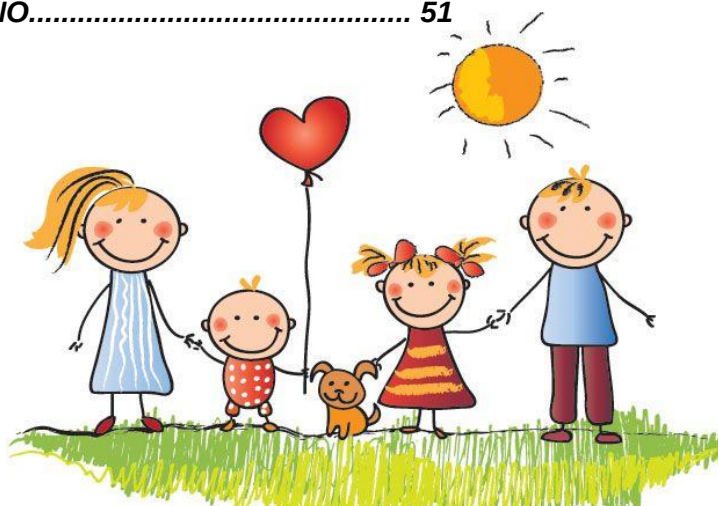
1. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
4. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS
5. CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
6. CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
7. PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ – PCF
8. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE





SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. INTRODUÇÃO.....	8
3. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO.....	9
3.1 INFRAESTRUTURA.....	10
3.2 SAÚDE.....	10
3.3 EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS	11
3.4 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....	12
4. CARACTERÍSTICAS DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA.....	13
5. AÇÕES FINALÍSTICAS.....	15
6. OBJETIVOS E METAS.....	36
7. POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	38
8. AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ.....	42
9. FINANCIAMENTO.....	47
10. CONTROLE E ACOMPANHAMENTO.....	48
11. AVALIAÇÃO.....	49
12. AÇÕES FINALÍSTICAS DO PLANO.....	51





1. APRESENTAÇÃO

O município de Pacujá, desde o início da construção do PMPI, instituiu um processo democrático, participativo, de intensa mobilização e debates, buscando a participação de crianças e adolescentes, contando com a preciosa colaboração das pré-conferências e conferência organizadas pelo CMDCA, e fórum do Selo Unicef, além das discussões setoriais.

O que mais importa é que todos compreendam que não existe uma sociedade do eu individual ou familiar: ou avançamos juntos a partir de agora ou seremos todos penalizados por nossas omissões no futuro. O marco final deste trabalho, compartilhado por todos os segmentos representativos da nossa Sociedade, deverá ser referendado pelo atual Gestor Público, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e encaminhado ao LEGISLATIVO MUNICIPAL para sua apreciação e transformação em dispositivo legal, assegurando que o mesmo converta-se em Política Municipal, sob a aprovação e acompanhamento de toda a Sociedade.

O Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Pacujá conta com eixos de prioridades. Em cada eixo, há uma breve seção sobre o panorama atual, antecedendo as prioridades que foram selecionadas. Partindo de uma longa lista, o desafio foi eleger apenas algumas prioridades, considerando seu potencial de implantação e de monitoramento. O grupo que elaborou este documento baseou-se em pesquisas nacionais e internacionais que apontam para a importância dos primeiros anos de vida. Pesquisas provenientes de um grande número de países apresentam evidências de que políticas públicas e ações apropriadas, são capazes de estimular o desenvolvimento dos potenciais de crianças na primeira infância, podem ter efeitos positivos durante a infância, adolescência e juventude, perdurando por toda a vida adulta. Esses efeitos são particularmente significativos para as



crianças que vivem em condições adversas de pobreza e em contextos de vulnerabilidade. Diferentes formas de ação voltadas às crianças na primeira infância podem ter um impacto ainda maior do que políticas e programas direcionados a adolescentes e jovens. E a razão é simples. É nesse período que são construídas as principais bases que influenciarão suas trajetórias de vida. Esses fundamentos incluem fatores físicos, sociais, cognitivos e emocionais, entre outros.





1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, é reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados Diplomas Legais dedicados à garantia dos direitos da população infanto juvenil. No entanto, suas disposições - verdadeiramente revolucionárias em muitos aspectos - ainda hoje são desconhecidas por grande parte da população. Tal fato limita o desenvolvimento das ações de garantia dos direitos da criança. Nesse sentido, é preciso, expandir o conhecimento sobre os direitos e garantias legais e constitucionais assegurados à criança, e que acima de tudo, os mesmos sejam cumpridos, fortalecendo a introdução do Município dentro dos objetivos e metas nacionais e internacionais da proteção dos direitos das crianças.

O presente Plano tem por objetivo proporcionar ao Município uma visão global da situação das crianças, fornecendo subsídios para que todos os operadores dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes possam cumprir e fazer cumprir as normas e princípios instituídos em benefício da população infanto juvenil, assegurando-lhes o efetivo exercício de seus direitos e, por via de consequência, o acesso à cidadania plena que há tanto lhes foi prometida.





2. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

O município de Pacujá encontra-se localizado na região noroeste do estado do Ceará. Elevou-se a categoria de cidade com a vigência da lei 3.692 de 17 de Julho de 1957. A população do município em 2010 era de 5.986 habitantes, com estimativa de 6.202 habitantes para o ano de 2017 (segundo o IBGE), sendo que a maior parcela da população é constituída por indivíduos de dez a quatorze anos. Em relação à distribuição da população por sexo, o município conta com 2.902 homens e 3.084 mulheres. A maioria da população residente se declara católica apostólica romana.

A palavra 'Pacujá' é de origem Tupi e significa "Fruto da Pacova", uma variedade de banana, e também significa "folha de enrolar". O terreno para construção de Pacujá foi doado por Dona Maria Rodrigues Nepomuceno, conhecida com "Maria dos Tinguíns", tendo sido construído primeiramente a casa de pedra, onde atualmente funciona a capela São Vicente de Paulo, da Família Rodrigues Nepomuceno, existe seus descendentes representados pela família Côti. Padre Vicente Jorge é considerado o fundador da Vila, onde foi o primeiro vigário, vinha de Sobral e ficava na casa de pedra. As primeiras casas construídas em Pacujá pertenciam a José Rodrigues e era chamada de Fazenda Belmont. Tendo sido o grande lutador pela emancipação de Pacujá Francisco Júlio Filizola. A população de Pacujá tem uma vasta miscigenação, com mistura das raças, indígenas, negra e branca.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,621, os habitantes se chamam pacujaenses, possui uma área territorial de 76,128km². O clima varia de Tropical Quente Semi-árido Brando, Tropical Quente Sub-úmido e Tropical Quente Semi-árido, com Pluviosidade de 1064,6 mm e Temperatura Média entre 26 e 28 Cº.



Sua maior e mais atrativa festa cultural é o Festejo de São João Batista, padroeiro de Pacujá, ocorre anualmente, no mês de junho, com

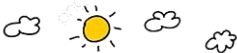
diversas atrações culturais (barracas, comidas típicas, festas dançantes, quadrilhas juninas, missas em honra ao padroeiro), finalizando no dia 24 de junho com o término dos festejos e com o tradicional chitão, sendo conhecido por toda a região e o tradicional desfile da escolha Miss Pacujá, que acontece no mês de Setembro, mês do aniversário de Emancipação Política do Município, mais precisamente dia 22 de Setembro.

Pacujá, hoje está sendo administrado pelo então Prefeito o Exmo. Sr. Raimundo Rodrigues de Sousa Filho.



2.1 Infraestrutura

Segundo os dados mais atuais do IBGE apresenta 43.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 17 de 184, 12 de 184 e 68 de 184, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2498 de 5570, 489 de 5570 e 3427 de 5570, respectivamente.



3.2 Saúde

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de - para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.1 para cada



1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 184 e 81 de 184, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 2285 de 5570, respectivamente.

Segundo os dados mais atuais do IBGE, em termos de saneamento básico, o município tem 6,4% de área coberta com esgotamento sanitário. De acordo com dados do IPECE de 2016, o município possui 1696 ligações reais e 1547 ligações ativas. No que se refere a energia elétrica temos o total de 3.298 consumidores. Apresenta 6.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 90.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).



3.3 Equipamentos Comunitários

A rede de ensino esta composta por 06 escolas, sendo 04 municipais e duas estaduais e uma creche para atendimento da Educação Infantil. Todo aparato educacional atende a população da pré-escola ao ensino médio. A secretaria de educação dispõe de transporte escolar para o transporte de estudantes e professores que moram distantes das escolas.

Quanto ao esporte e lazer, há um campo de futebol em condições de uso inclusive com grama, alambrado e muro, garantido mais segurança e conforto nas práticas esportistas. Outro espaço de lazer coletivo, refere-se a praças onde crianças, jovens e adultos se encontram para socializar-se. Contamos ainda com uma quadra poli esportivas, localizadas na sede do município e disponíveis para os beneficiários de todas as faixas etárias.

O comércio é de porte pequeno destinado ao consumo interno. Há predominância do comercio de gêneros alimentícios, vestuários e artesanatos em pequena escala, existindo 04 farmácias, excetuando-se as

da Secretaria de Saúde, 02 padarias de pequeno porte, loja de equipamentos para motos e oficinas mecânicas, além de 02 postos de gasolina, 01 agência bancária e 01 agência dos correios.

Pacujá conta, em 2019, com uma rede de 03 Unidades Básicas de Saúde, sendo todas, equipes da Estratégia da Saúde da Família credenciadas.

Temos ainda uma unidade de Fisioterapia que atende toda a população através de demanda espontânea e por visitas domiciliares, existem 03 equipes de saúde bucal que realizam os trabalhos de exodontia, periodontia, rx bucal. Existe também um núcleo do NASF com equipe multi profissional com Assistente Social, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Nutricionista e Educador Físico, os quais promovem ações de mobilização e de educação em saúde, criando vários grupos com diferentes estratégias de enfrentamento aos riscos de saúde.

No que se refere à coleta de lixo, é atendida pela coleta sistemática do município através dos caminhões coletores que dá o destino adequado do lixo em um aterro sanitário.



3.4 Organização Comunitária.

O Município de Pacujá trabalha para a concretização da cidadania de todos, busca desenvolver uma gestão participativa, contando com a efetiva ação de Conselhos de Saúde, Educação, Assistência Social, Defesa da Criança e do Adolescente, Desenvolvimento Social. O conselho tutelar encontra-se em pleno funcionamento, atendendo a população com ações prepositivas em defesa da criança e do adolescente.

A atuação dos conselhos através de capacitação possibilita ação mobilizadora e de caráter transformador que se realiza através dos conselhos nas parcerias entre atores sociais de entidades governamentais e não governamentais para efetivação de políticas públicas concretas (SUAS -



Sistema Único da Assistência Social; SUS - Sistema Único da Saúde e demais Políticas Públicas, serviços, ações, encaminhamentos e acompanhamento com relação ao INSS, Poder Judiciário, Programa Auxílio Brasil e etc).

O poder associativo da população de Pacujá se expressa no contingente de mais de 10 Associações e 02 sindicatos demonstrando o potencial de mobilização social e a boa possibilidade de participação e integração às ações do Estado.



3. CARACTERÍSTICAS DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA



3.1 Características externas do Plano:

- a. Abrangência: o Plano Municipal pela Primeira Infância abarca todos os direitos das crianças de até seis anos de idade;
- b. Participação Social: o processo de elaboração envolveu entidades da sociedade civil, além de setores governamentais e organismos intergovernamentais e profissionais de diferentes setores do município;
- c. Aprovação do Poder Legislativo: priorizando as funções permanentes do município na prestação de um serviço essencial para uma população específica que são as crianças pequenas.



3.2 Características internas do Plano:

- a. Dimensão Ética: todos os profissionais engajados para a realização das metas e dos objetivos traçados no plano;
- b. Dimensão Política: diz respeito a responsabilidade municipal com todas as suas crianças de até seis anos de idade.
- c. Dimensão técnica: diz respeito ao bom atendimento prestado nas Secretarias Municipais.



3.3 Dos Princípios

Os princípios a seguir orientarão o olhar, a atenção e as ações que visam à proteção e a promoção dos direitos das crianças até seis anos, indicados por este plano:

- Articulação das ações: as ações devem ser articuladas entre as Políticas Públicas Municipais, facilitando, desta forma, a circulação de informação acerca das atividades realizadas;
- Inclusão: o plano contempla não só as crianças da sede, como também as crianças da zona rural e quilombolas;
- Garantia dos direitos da criança: fortalecimento das campanhas socioeducativas que se referem aos direitos das crianças, dando ênfase nas ações para as crianças que estão com seus direitos desrespeitados.



3.4 Das diretrizes

3.4.1 Diretrizes Políticas:

- Atenção à prioridade absoluta dos direitos da criança na Lei Orçamentária – LDO no Plano Plurianual – PPA e no orçamento;
- A elaboração do Plano foi em conjunto pelo Governo e Sociedade, gerando corresponsabilidade do município, da sociedade e das famílias;
- Atribuição de prioridade para regiões, áreas geográficas ou localidades com maior necessidade.
- Diagnostico dos Visitadores do Programa Primeira Infância no SUAS

3.4.2 Diretrizes Técnicas:

- Integridade do plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional;
- Valorização e qualificação dos profissionais;
- Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e avaliação do PMPI;
- Escolha de alguns objetivos e metas para acompanhar e avaliar o plano.



4. AÇÕES FINALÍSTICAS

4.1 Criança com Saúde:

Ofertando serviços de saúde com qualidade aos seus munícipes, a Secretaria de Saúde de Pacujá, tem a missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, assegurando a todos os Pacujaenses, o

acesso aos Serviços de Saúde, planejando, coordenando e avaliando as políticas e as ações de saúde do município, fortalecendo as parcerias e o controle social no município.

As Unidades de Saúde estão bem estruturadas e equipadas com recursos tecnológicos e humanos devidamente e continuamente qualificados, desenvolvendo políticas de saúde participativas, inovadoras e desafiadoras orientadas pelos princípios do SUS, promovendo mudanças no estilo de vida da população. Esta é a nossa percepção para um futuro promissor.

A Secretaria Municipal de Saúde de Pacujá tem o trabalho voltado para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e, ao mesmo tempo, promover a saúde do cidadão. Dando prioridade ao atendimento a população tem se empenhado não só em administrar o atual modelo de saúde, bem como criar condições para a consolidação e fortalecimento do mesmo.

As informações contidas neste documento servirão, sem dúvida, para subsidiar a gestão para a realização de planejamento das ações e tomadas de decisões direcionadas às principais necessidades da população de Pacujá para os próximos anos, acerca das ações voltadas à gestante, puérpera e às crianças menores de seis anos. Com base na experiência sistemática do dia a dia com relação aos serviços de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde – SMS tem pretensões em atuar incansavelmente com o objetivo de atender a população seguindo os princípios adotados pelo Ministério da Saúde e cumprir com as exigências do SISPACTO, procurando atender todas as necessidades de saúde junto à população.

Vários foram os avanços alcançados pelo SUS, os quais repercutiram de forma muito importante sobre a saúde da população. A expansão da atenção primária, a eliminação e controle de doenças de grande impacto sobre a saúde da população, são exemplos que atestam as conquistas já registradas. Sabemos que existem enormes desafios que demandam medidas estruturantes, capazes de assegurar a continuidade das conquistas e permitir o enfrentamento de desafios urgentes, que temos como exemplo o

envelhecimento populacional e as causas externas de morbidade e mortalidade, retratados nos acidentes – sobretudo de trânsito – e a violência interpessoal. De certo modo, Pacujá apresentou grandes conquistas para a saúde pública nos últimos anos, das quais pode-se destacar, entre outras, a expansão da atenção primária, ampliação e estruturação de unidades básicas e outros serviços



SITUAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Para a realização das ações e serviços de Assistência Básica à Saúde, o município conta com, com uma rede de unidades de saúde compostas por 03 Equipes de ESF (Estratégia Saúde da Família), 07 Unidades Básicas de Saúde, 03 equipes de Saúde Bucal Modalidade I, 01 Clínica de Fisioterapia, 01 Equipe multiprofissional, 01 Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF e 01 prédio da Secretaria Municipal de Saúde.

Atualmente funcionam no município, os seguintes programas realizados pela Estratégia Saúde da Família: Programa de Controle da Diabetes Mellitus, Programa de Combate a Hanseníase, Programa de Combate a Tuberculose, Programa de Combate ao Câncer Ginecológico, Programa de Controle da Hipertensão Arterial, Programa de Puericultura que presta assistência a saúde da criança, Programa de Saúde Bucal, Programa a Saúde do Idoso, Programa Saúde do Homem, Programa Saúde do Adolescente, Programa Previne Brasil, Programa Cuidar Melhor, e Programa Saúde na Escola – PSE.



Saneamento Básico

O Município de Pacujá não possui sistema de saneamento básico. Existem em algumas localidades tubulações de esgotos, mas que são jogados a céu aberto, não existe uma lagoa de tratamento para receber os dejetos de uma pequena rede de esgoto. Já foram construídos muitas casas habitacionais com banheiros através de projetos, mas ainda existem

domicílios sem fossas e banheiros na sede e nos distritos. Nas demais localidades o caso é mais agravante, acarretando muitos problemas de saúde pública, porém temos a consciência que se fazem necessários grandes investimentos para solução dos problemas e que necessitamos urgente de parceiros como: IBAMA, SEMACE, Secretaria do Meio Ambiente. FUNASA sem estas fontes impossíveis solucionarmos os problemas que enfrentamos.

Os gestores municipais enfrentam a luta para corresponder aos anseios da população.



ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ações e Indicadores da Atenção Primária

Estratégia de Saúde da Família

O processo de construção do Sistema Único de Saúde regulamentado, pela Constituição de 1988, ao ser desenvolvido sobre os



pilares da universalização, da descentralização e da integralidade da assistência, visa reduzir o espaço ainda existente entre os direitos sociais garantidos em lei e a capacidade efetiva de oferta dos serviços públicos de saúde a população brasileira.

Neste contexto, o Ministério da Saúde assumiu, a partir de 1994, a implantação do Programa de Saúde da Família – PSF, visando, enquanto estratégia setorial, a reorientação do modelo assistencial.

A ESF visa, então, humanizar as práticas de saúde, estreitar o relacionamento dos profissionais com a comunidade buscando assim, a satisfação do usuário. Objetiva ainda, estimular o reconhecimento da saúde como direito de cidadania e expressão da vida.

A Prefeitura Municipal de Pacujá, através da Secretaria de Saúde, passou a assumir integralmente a responsabilidade de promover a saúde de sua população, coordenando todas as ações de saúde desenvolvidas no município, sejam elas de caráter assistencial ou promocional.

No que diz respeito ao Modelo Assistencial do Estado, o Município de Pacujá é considerado Módulo Assistencial adotando o modelo Estratégia de Saúde da Família (ESF) na Atenção Primária. Implementa assim, uma nova dinâmica de atuação nas Unidades Básicas de Saúde, com definição de responsabilidades entre serviços e a população, prestando, na unidade de saúde e no domicílio, assistência integral, contínua, com resolubilidade e boa qualidade às necessidades de saúde da população e intervindo sobre os fatores de riscos que a população esta exposta. Estamos desenvolvendo, assim como a maioria dos municípios do Estado, ao Projeto Qualifica APSUS, qualificando e inovando a Atenção Primária à Saúde, visando à melhoria dos processos de trabalho e da assistência à população.





UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Unidades Credenciadas

Equipe	Nome	Código CNES
01	ESF I – UBS SEDE I	2478528
02	ESF II - UBS SEDE II	6679722
03	ESF III - UBS ZONA RURAL	9627995

DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS HUMANOS - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA -2018

CATEGORIA	QUANTIDADE
MÉDICOS	03
ENFERMEIROS	10
ODONTÓLOGOS	03
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	15
AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	07
ATEND. DE CONSULTORIO DENTARIO	03
TÉC. DE SAÚDE BUCAL	03
TEC. DE ENFERMAGEM	15
NUTRICIONISTA	01
PSICÓLOGO	01
FISIOTERAPEUTA	04
AGENTES ADMINISTRATIVOS	05
ATENDENTE DE FARMÁCIA	02
AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	10

Saúde da Mulher e Saúde da Criança

São importantes no processo do programa de humanização do pré-natal e nascimento. O Serviço Básico de Saúde tem por incumbência a promoção de ações de saúde à população, quer seja de caráter assistencial ou promocional.

Este indicador reforça o vínculo estabelecido pelos usuários aos serviços de saúde possibilitando a integração dos níveis de atenção (primaria – secundaria – terciária) no atendimento prioritário da população

que vive dentro das áreas geográficas do município de Pacujá, valorizando a assistência humanitária ao pré-natal, parto e puerpério.

O aleitamento exclusivo é um resultado pontual no percentual apresentado de prática de saúde humanizada assim como o baixo número de crianças desnutridas.

A prática de promoção da saúde da estratégia Saúde da Família reforça o intuito de tornar a comunidade, as famílias, protagonistas sociais, fortalecendo as competências familiares.

Percebe-se através destes demonstrativos o cuidado às gestantes cadastradas quase na sua totalidade, embora fatores sociais ainda dominem boa parte das famílias, a captação de gestantes no primeiro trimestre desprende um olhar de maior vigilância.

Promovendo a Assistência Integral à Mulher, os serviços de saúde do Município de Pacujá, buscam a satisfação dos usuários através do estreito relacionamento dos profissionais com a comunidade, estimulando-a ao reconhecimento da saúde como um direito de cidadania e, portanto, expressão da qualidade de vida.

Por outro lado, inova-se conceitos e valoriza-se o atendimento da mulher, introduzindo novos elementos para a humanização do parto.

O Teste Rápido de HIV, Sífilis e Hepatites B e C são ofertados para todas as gestantes do município com orientações e aconselhamento fornecidos pelos profissionais de saúde e meios de comunicação quanto à importância do exame no pré-natal.

Na Assistência à saúde da criança podemos destacar o programa de Puericultura que faz o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança até os 5 anos de idade de forma mais próxima e programada por médicos e enfermeiros; a vacinação de rotina de crianças, bem como agora recente a inserção da vacina contra a COVID situando o município entre as melhores coberturas do estado; as visitas domiciliares de equipe multiprofissional acontecem diariamente na rotina dos serviços de



saúde; os Agentes de Saúde acompanham de forma sistemática o crescimento da criança por meio de visitas domiciliares; o Programa de Saúde Bucal faz atendimentos de rotinas para mães em pré-natal e para as crianças com suas demandas específicas; e encaminhamentos para o setor especializado também são ofertados pelo município conforme necessidade.

ITEN	INDICADOR	NUMERO
01	Número de gestantes	76
02	Número de gestantes adolescentes	7
03	Percentual de mães com 7 ou + consultas de pré-natal	90,78
04	Taxa de mortalidade materna	0,00
05	Taxa de mortalidade infantil	26,31
06	Percentual de crianças de 0 a 4 meses com aleitamento materno exclusivo	78%
07	Crianças menores de 1 ano desnutridas	03
08	Cobertura do calendário básico de vacinação da criança	98%
09	Cobertura do Programa Saúde da Família	100%
10	Cobertura de saneamento básico (água e esgoto)	76%
11	Número de Unidades de Saúde e Hospitalares	7

Fonte: SINASC (2020).

Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica compreende um ciclo de funções específicas e intercomplementares desenvolvidas de modo contínuo, permitindo conhecer, a cada momento, o comportamento da doença ou agravo selecionado como alvo de ações de forma que as medidas de intervenção pertinentes possam ser desenvolvidas com oportunidade e eficácia.

A função da Vigilância Epidemiológica compreende:



- Coleta de dados;
- Processamento dos dados coletados;
- Análise e interpretação dos dados processados;
- Recomendação das medidas de controle indicados;
- Avaliação da eficácia e efetividade.

A equipe de vigilância Epidemiológica do município de Pacujá vem desenvolvendo um conjunto de atividades que nos permite avaliar todas as informações e nos norteiam para tomarmos medidas adequadas nas detecções, monitoramento e fechamento dos agravos com finalidade de, também, prevenir alterações em seus fatores condicionantes e determinantes para melhor desenvolvermos nossas ações, a fim de alcançarmos resultados satisfatórios.

A taxa de mortalidade infantil é um indicador usado para medir o risco de morte em crianças menores de 01 ano. É a partir deste indicador, que podemos traçar ações de promoção a saúde para a melhoria de vida desta população.

Observou-se em 2021 que o número absoluto de óbito neonatal foi de zero criança, e o de materno continuou zerado em nosso município, mantendo-se na média da série histórica dos últimos anos. Ainda se faz necessário um olhar diferenciado tanto durante o pré-natal quanto nas visitas puerperais para que possamos diminuir o número de óbitos por causas evitáveis que ainda permanecem evidentes nos dias atuais.

Todos os óbitos são investigados quando acontece, para que pudéssemos fazer uma análise da causa da morte o que possibilita um quadro esclarecedor de cada situação quer seja, por ocorrência ou por residência, uma vez analisados, possibilita um estudo minucioso de cada caso onde nos permite traçar ações para que óbitos por causas evitáveis sejam realmente evitadas.

O sistema de vigilância e tratamento das doenças prevalentes da infância pela Rede Básica de Saúde tem sido efetivo e eficaz.

Vigilância Sanitária



Vigilância Sanitária é o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde, abrangendo:

- Controle de bens de consumo que se relacionam direta ou indiretamente com à saúde, compreendidas todas as etapas e processo, da produção ao consumo;
- Controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde;
- Promover ações que se relacionam a saúde do trabalhador.

Ações Educativas

- Orientações aos estabelecimentos fiscalizadores sobre normas, leis e boas práticas;
- Elaboração e execução de programas de treinamentos dirigidos à: manipuladores de alimentos, medicamentos, comércio em geral, prefeituras, entre outros.
- Orientar à população através de folders, cartazes e exposições;

Ações Preventivas

- Registro de produtos;
- Consulta prévia;
- Liberação de documentação sanitária;
- Poder de requerer informações em caráter compulsório através de autorização de funcionamento.

Ações Regulamentadoras

- Elaborar normas técnicas e propostas de legislação para atuação nas atividades de interesses da VISA.

Ações Fiscalizadoras



- Fiscalizar a qualquer tempo e em qualquer circunstância denúncias e notificações que sejam pertinentes desta Vigilância.

Ações Punitivas

- São ações que geram processos administrativos, os quais determinam penalidades;
- Algumas penalidades podem ser sumariamente aplicadas, caso seja detectados riscos iminentes como:
 - ✓ Apreensão;
 - ✓ Interdição;
 - ✓ Inutilização de Produtos.

A vigilância sanitária exerce várias atividades, entre as mais comuns, abrangendo a realidade de Pacujá a realização de inspeções sanitárias em comércio de alimentos, farmácias e drogarias, instituto de beleza, frigoríficos, panificadoras, depósito de alimentos, atendimento as denúncias em terreno baldios, hotéis e motéis, comércio de cosméticos, perfumes e produtos de higiene, dispensário de medicamentos, óticas, visitas em bares e restaurantes, unidades odontológicas com ou sem

equipamento de raio-x, visitas em creches e estabelecimentos de ensino, monitoramento da qualidade de água para consumo humano e atividades educativas em grupos e/ou comunidade em geral.

Atendimento de Equipe Multiprofissional

A equipe oferta serviço da saúde que visa promover a atenção e apoio ao Programa Saúde da Família nos Municípios com porte populacional menor que 20.000 (vinte mil) habitantes, devendo obedecer ao disposto na Portaria ,Nº 154/GM/MS, de 24 de janeiro de 2008, que cria os Núcleos Apoio a Saúde da Família, seguido pelas Portarias GM nº 3124/2012 e

Portarias GM nº 256/2013, que será mantido com repasse de recurso federal e o custeio municipal..

A equipe multiprofissional substitui o Programa de NASF foi modificando sua configuração pelo governo federal e passou-se no município de Pacujá a ser chamado de equipe multiprofissional que se integra as equipes de saúde. O **Sistema Local de Saúde** é estruturado de forma a assegurar a todos usuários o **cuidado integral físico e mental**, tendo como porta de entrada a Atenção Básica apoiada na Estratégia de Saúde da Família com seu fluxo extensivo aos serviços de média complexidade no âmbito hospitalar e ambulatorial, conforme rege a **Política Nacional de Atenção Básica PACS e PSF** definida pela Portaria GM Nº. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 e consequentemente o Pacto de Gestão.

No nosso Sistema Local de Saúde, existe um fluxo de referência dos pacientes atendidos na Atenção Básica para a equipe de multiprofissionais, fato este que é estabelecido através da regulação assistencial, conforme iremos ver mais adiante o desenho do fluxo do atendimento da equipe multiprofissional.

A equipe de Pacujá é formada por uma equipe com 04 categorias de profissionais de saúde com especialidades distintas para dar suporte à população com ações que ampliam a assistência e a qualificação do Sistema Único de Saúde, em especial, focada na Atenção Básica. São eles: Psicólogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Nutricionista e Educador Físico.

A equipe garante apoio multiprofissional as 03 equipes de Estratégia Saúde da Família, onde são prestados os serviços especializados em serviço social, psicologia, atividade física e nutrição.

Saúde Bucal

O serviço odontológico conhecido como assistência de Saúde Bucal, está organizado com atendimentos agendados (tratamentos



completados: tratando todos os dentes dos pacientes), demanda espontânea para a comunidade e Projeto de Saúde Bucal para a clientela de crianças na faixa etária de 0 a 14 anos em parceria com a Secretaria de Educação (abordando a execução de atividades como a capacitação de professores, escovação supervisionada, aplicação tópica de flúor gel e evidenciação de placa bacteriana).

O município de Pacujá conta com três (03) Equipes de Saúde Bucal, sendo 02 de referencia para a sede e 01 para a zona rural.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Ações/Serviços de Assistência Farmacêutica

A Comissão de Assistência Farmacêutica foi criada a fim de desenvolver ações e serviços para atender a população, de forma que todos fossem beneficiados quando precisassem da Farmácia Básica.

Dentre as ações e serviços a Comissão tem como atribuição:

- Fazer o levantamento da necessidade através da programação de medicamentos essenciais e imunobiológicos, para atender a demanda da população, mediante os atendimentos de saúde executados;
- Garantir aos usuários do SUS, acesso e disponibilidade de medicamentos básicos e essenciais e com eficácia terapêutica;
- Estabelecer normas e critérios de distribuição de medicamentos e imunobiológicos para as unidades de saúde sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde, com a utilização do sistema HÓRUS;
- Realizar a aquisição de medicamentos essenciais com critérios de racionalidade, custo e garantia de qualidade, quanto à validade, através da compra centralizada na PPI de medicamentos;
- Proceder ao controle de qualidade dos produtos farmacêuticos adquiridos, quanto ao seu aspecto físico e, desta forma, garantindo um acondicionamento adequado para os medicamentos e imunobiológicos que sejam estocados na farmácia básica;

- Promover a capacitação dos profissionais envolvidos com as atividades da Assistência Farmacêutica.

Conselho Municipal de Saúde

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) é o órgão responsável pelo gerenciamento da Política Pública de Saúde. Atua na formulação e controle da execução desta nos aspectos econômicos, financeiros e de gerência técnica administrativa.

Nesse sentido, o CMS de Pacujá operacionaliza as ações através de diretrizes na elaboração do Plano Municipal de Saúde, estabelece e propõe critérios de controle e avaliação do SUS dentro da realidade do município, aprecia, acompanha e avalia as ações técnico-administrativas, apurando denúncias e fiscalizando as ações executadas, validando as ações da gestão municipal que vêm procurando reorganizar o sistema local de saúde.

Assim, o CMS representa os interesses da população Pacujaense através da proposição de ações de promoção da saúde e de enfrentamento das barreiras para o atendimento às necessidades de saúde da população, pautada na equidade e cidadania.

A apresentação das ações e serviços desenvolvidos e orçamento financeiro da saúde possibilitam um espaço de avaliação e de participação popular, que tem sido fundamental para a construção de plano estratégico para a saúde e têm legitimado as ações na melhoria da qualidade da assistência à saúde.

O CMS de Pacujá se reúne mensalmente e é composto de forma paritária, onde temos 12 representantes titulares e 12 suplentes, sendo que destes, 25% são representantes do governo, 25% trabalhadores da Saúde e 50% são de representantes dos usuários.



Ouvidoria em Saúde

A Ouvidoria em Saúde tem por objetivo principal assegurar a comunidade um canal de comunicação entre usuários dos serviços de saúde e o gestor, para que os serviços prestados fiquem cada vez mais semelhantes com as expectativas destes e atender as suas reais necessidades, tornando mais democráticas e correntes aos princípios do sistema único de saúde.

No município de Pacujá, a mesma já se encontra em funcionamento, sendo um grande meio de avaliação para tomada de decisões para a melhoria da saúde municipal.

Considerações Gerais

Neste plano, buscamos expressar o esforço coletivo da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, que sempre realiza suas atividades pensando no aprimoramento constante das ações e serviços voltados para a saúde da população Pacujaense. Vale salientar que inúmeras conquistas puderam entrar para a realidade, o que deixou um mundo de satisfação tanto para os administradores como para a população, a maior beneficiária dos esforços executados pela gestão e pelos profissionais de saúde.

Contudo, devemos atentar para a importância e seriedade com que é tratada a Atenção Primária no município, que pode ser resolutiva a 85% dos casos, estando na condição de destaque nos investimentos e avaliações realizadas pela Secretaria de Saúde Municipal. Essa desenvoltura pode ser facilmente constatada quando observamos a melhora dos indicadores referentes a esse bloco da saúde no município de Pacujá.

Para tanto, queremos salientamos que o Sistema Único de Saúde – SUS tem alcançado valorização contínua por parte da população, visto, as ações de saúde no município de Pacujá em todos os níveis de atenção pertencem a este sistema. Vale lembrar o salto quantitativo que ocorreu na efetivação de atendimentos da atenção básica e secundária, apresentados



pelos sistemas locais e outros, evidenciado pelos dados da Central de Marcação de Consultas Municipal.

Visamos, por sua grandiosa importância, à valorização e sustentação do SUS, que engloba todas as ações implementadas pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com seus colaboradores, com o objetivo de atingir todas as metas traçadas em busca não só da melhora quantitativa das atividades, mas principalmente da qualitativa, que inevitavelmente influenciará positivamente na promoção da saúde da população Pacujaense.

4.2 Educação Infantil

A Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, atende as crianças de 2 a 5 anos e 11 meses e tem por finalidade primordial desenvolver na criança seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, promovendo a ampliação de suas experiências e conhecimento. Lugar onde a criança deve sentir-se segura e acolhida, utilizando este novo espaço para ampliar suas relações sociais e afetivas, estabelecendo vínculos com as outras crianças e adultos ali presentes, a fim de construir uma imagem positiva sobre si mesma e sobre os outros, respeitando a diversidade e valorizando sua riqueza.

Entretanto a educação pública de nosso município passa por uma situação que requer de todos, gestores públicos, representantes de entidades e de toda sociedade civil, ações conjuntas que possam melhorar essa situação/problema físico/estrutural que vivemos.

Ao relatar a realidade de nossa Educação Infantil, infelizmente, veremos dados não satisfatórios para uma educação de qualidade.

Na zona rural, as escolas atendem um público do ensino Infantil ao Fundamental, sendo que a Educação Infantil funciona nas salas multisseriadas, onde temos crianças de dois anos juntamente com as de cinco, ofertando uma Mobília totalmente desproporcional às crianças, não atendendo assim, suas necessidades mínimas.



Em nosso município tem apenas a Escola de Ensino Infantil Maria Edna Alves, atendendo exclusivamente a educação infantil e também as series

iniciais do ensino fundamental. O prédio tem uma estrutura adequada com excelente espaço para as crianças se locomoverem. As salas são amplas, com sete salas funcionando, uma cantina, um depósito, uma quadra esportiva precisando de reforma, uma diretoria, banheiros adaptados para crianças.

Mesmo diante das dificuldades e intempéries encontradas, contamos com o incansável esforço da maioria dos nossos profissionais do quadro da Educação Infantil no desenvolvimento da melhoria das metodologias e práticas para o melhor aprendizado.

Objetivos e metas:

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, até 2020, a 60% da população de 0 até 3 ano de idade e 100% da população de 4 e 6 anos;
2. Promover as complementações dos padrões mínimos de infraestrutura das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas municipais:
 - a) Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o reforço, a expressão livre, movimento e brinquedo.
 - b) Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
 - c) Instalações sanitárias para a higiene pessoal das crianças;
 - d) Instalações para o preparo e/ou serviço de alimentação;
 - e) Adequação às características das crianças com necessidades especiais.
3. Conseguir um Centro de Educação Infantil para atender 100% da população de 0 a 5 anos.

Infraestrutura

Infraestrutura disponível nas escolas de ensino infantil da rede municipal de ensino



INFRAESTRUTURA	CRECHE	PRÉ-ESCOLA
Área livre para movimentação das crianças	1	1
Locais para amamentação e higienização	0	0
Espaço para tomar sol e brincadeiras ao ar livre	1	1
Local para repouso individual para, pelo menos, crianças com até um ano de idade	0	0
Instalações sanitárias próprias para uso exclusivo das crianças	1	1
Instalação e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança	1	2
Mobiliário, equipamentos e outros recursos materiais adequados às diferentes faixas etárias, à quantidade de crianças atendendo aspectos de segurança, higienização, manutenção e conservação	1	1
Brinquedos e materiais pedagógicos para espaços externos e internos, dispostos de modo a garantir a segurança e autonomia da criança e servirem como suporte de outras ações intenciona	1	1
Biblioteca	0	1
Laboratório de informática	0	0
Acesso a internet	1	1
Sala multimídia	0	0
Quadra de esporte	1	1
Água filtrada	1	1
Rede de esgoto	1	1
Energia elétrica	1	1
Horta (hortaliças utilizadas na merenda escolar)	0	0

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

FORMAÇÃO ACADÊMICA

A formação dos profissionais da rede pública municipal que atuam na área de Educação tem formação em nível superior em Pedagogia e os mesmos participaram da formação continuada realizada pela SME.

4.3 A CRIANÇA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de assistência social compete, de forma abrangente, articular a aplicação das demais políticas sociais e, especificamente, garantir

o atendimento dos direitos sociais dos excluídos, assegurando que eles sejam universalizados. Ela visa ao enfrentamento das desigualdades sociais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Segundo a Constituição Federal, a assistência social, no que diz respeito à criança pequena, tem por objetivos a proteção à família, à maternidade e a infância, o amparo a crianças carentes, à promoção da integração das crianças com deficiência a vida comunitária. A concepção de Assistência Social explicita na LOAS - Lei 8.742/199, cuja implementação vem sendo buscada ao longo dos anos, inova ao superar a visão de programas focalistas, opor-se à ideia do clientelismo e assistencialismo, promover a descentralização, sobretudo à esfera municipal, e abrir-se à participação social na formulação da política, dos planos e programas e no controle e sua execução.

O DIREITO DA CRIANÇA À ASSISTÊNCIA SOCIAL

A partir da Constituição Federal de 1988, o atendimento em creches e pré-escolas é um direito da criança e um dever do Estado, a ser cumprido pelo setor educação (art. 208, IV). Entretanto, esse direito, principalmente em relação às creches, foi assegurado, ao longo dos anos, em grande parte pela Assistência Social, mormente em creches públicas ou conveniadas com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais, sem fim lucrativo. Os instrumentos legais básicos que disciplinam e orientam a assistência social à criança são o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990, e a LOAS, de 1993. O ECA apoia-se em três eixos: promoção, defesa e controle social funcionando de maneira articulada por meio das ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art 86). O ECA dispõe como sujeitos de direito. E, segundo a LOAS - art. 2º - , o atendimento à criança pequena é uma das prioridades da política de Assistência Social. Ambas as leis adotam o mesmo paradigma de defesa da cidadania, se opõem ao assistencialismo e clientelismo, abrindo a perspectiva da proteção integral.

Em consequência desses novos dispositivos legais, a Assistência Social vai modificando a forma de atender à demanda por creches e pré-escolas. Seu Programa de Atenção à Criança passa a integrar a Rede de Serviços de Ação Continuada e adota três modalidades de atendimento: *Jornada Integral*, *Jornada Parcial* (incluindo ações como brinquedotecas fixas e volantes, creches comunitárias, que devem incluir crianças com deficiência e crianças em situação de extremo risco) e a modalidade *Ações sócio-educativas* de apoio à família da criança de zero a seis anos (que contempla ações comunitárias de promoção e informação às famílias com crianças de 0 a 6 anos). Com a criação, em 2004, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a aprovação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a gestão do atendimento à creche e à pré-escola foi transferida para a área da Educação. E, na Assistência Social, começou a ser implantado o serviço de proteção social básica à infância.

Essa Norma estabelece que sejam ofertados, no âmbito do SUAS, serviços para famílias com crianças de até seis anos em situação de vulnerabilidade social, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com centralidade na família. O público considerado prioritário dessas ações compreende: (a) famílias com crianças com deficiência e beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC que vivem no território de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social CRAS ou que estejam a eles referenciadas e (b) famílias com crianças inseridas em ações de Proteção Social Especial e encaminhadas à Proteção Social Básica.

REDE E SERVIÇOS À CRIANÇA DE ATÉ SEIS ANOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Segundo a LOAS, a Assistência Social deve (a) prover serviços, programas projetos e benefícios de Proteção Social Básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; (b) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais, em

áreas urbana e rural; (c) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. O Sistema Único de Assistência Social - SUAS regula e organiza em todo território nacional as ações sócio assistenciais disciplinadas pela Norma Operacional Básica – NOB.

Duas funções se destacam: a de *defesa social e institucional*, que visa dar à família e à comunidade acesso a informações sobre os direitos da criança e orientações sobre os serviços a ela destinados na localidade que lhe assegurem condições à vida digna e a de *vigilância social*, para que as crianças estejam protegidas na vulnerabilidade da faixa etária e nas perversas consequências de situações de pobreza e à salvo da negligência, omissão, exploração, discriminação, crueldade e opressão.

A Proteção Social Básica PSB e a Proteção Social Especial PSE oferecem serviços sócio assistenciais nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS. A PSB tem como foco de ação o trabalho com famílias e o desenvolvimento de ações para a população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza. Para isso, trabalha os vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, fragilizados por discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. Ela opera no CRAS e pela rede sócio-assistencial e inclui o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF e os demais serviços ofertados no CRAS, onde as famílias e indivíduos são atendidos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário.

Além do atendimento individual da família (acolhimento no CRAS, entrevistas e visitas domiciliares), existe o trabalho com grupos. No PAIF são combinados serviços sócio-assistenciais de prestação continuada, que se destinam a assegurar a proteção social básica as famílias por meio de mecanismos que previnem o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.



Deve-se mencionar, também, que as ações voltadas para as famílias em situação de pobreza beneficiam também seus filhos pequenos, como é o caso do Programa Bolsa Família.

No atendimento às crianças e suas famílias serão priorizadas crianças deficiência, por meio de acompanhamento sócio familiar, sensibilização e articulação da rede social, assegurando ações integradas, intersetoriais e interinstitucionais, procurando desconstruir preconceitos e romper a lógica da institucionalização, informando à família sobre os serviços disponíveis na rede sócio-assistencial e em outros serviços (saúde, educação e cultura).

6. OBJETIVOS E METAS

- Alcançar a cobertura dos serviços de enfrentamento de situações de negligência, violência doméstica e as demais situações de exploração de crianças abrangendo a todas as crianças do Município;
- Universalizar o acompanhamento das famílias das crianças de até seis anos inseridas no BPC, por meio de serviços socioeducativos e o desenvolvimento de ações sócio-assistenciais e de convivência para essas crianças;
- Universalizar, o acompanhamento das famílias inseridas no Programa Bolsa Família e que não estão cumprindo as condicionalidades, priorizando as famílias com crianças de até seis anos por meio de serviços socioeducativos e o desenvolvimento de ações sócio assistenciais e de convivência;
- Ampliar a cobertura de ações socioeducativas e de convivência à crianças em situação de trabalho infantil, alcançando a erradicação total dessa situação;
- Manter atualizado o mapeamento de todas as crianças de até seis anos com deficiência beneficiários do BPC no território nacional;
- Contribuir para a inserção na rede pública de ensino de 100% das crianças de 5 e 6 anos em situação de trabalho infantil;



- Aplicação rígida do ECA no que se refere aos direitos das comunidade negra (quilombolas) e demais comunidades de minorias étnico-raciais e o respeito aos seus estatutos próprios pelos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e pelo Ministério Público;
- Inclusão, nos debates públicos sobre o tema da violência contra a criança, promovidos pelos órgãos governamentais, da temática "
- Violência em nome da religião enquanto violência étnico-religiosa com recortes das questões de poder";
- Ampliar os Serviços da proteção Social Básica na comunidade quilombola;
- Implantação de projetos de enfrentamento à violência em níveis locais, de forma interinstitucional e integrada.
- Campanhas de conscientização e formação de comportamentos em relação à proteção e restauração a terra, ao meio ambiente, ao consumo;
- Oferecer espaços lúdicos que atendam às demandas da infância, acolhendo a singularidade do indivíduo, e que contemplem a diversidade cultural, produzida também pelas crianças e que formam um conjunto de padrões de comportamento, crenças e valores morais e materiais;
- Priorizar o direito ao brincar, considerando a criança como sujeito desse direito com suas necessidades e características próprias, possibilitando que se desenvolva integralmente;

CAPACIDADE FÍSICA

A Secretaria do Trabalho e Assistência Social com o pensamento de fortalecer as ações desenvolvidas apresenta boas instalações, funcionando no Prédio do centro de idosos, e de fácil acessibilidade. Salas para atendimentos individuais, salas administrativas, sala de reunião dos conselhos, espaços amplo pra reuniões para todos os públicos e para todos os Programas apresentados. Apresenta também todo um conjunto de

instrumentais para o desenvolvimento das atividades como: cadeiras, caixa de som, data show, computadores, telefone, motos, carros, internet, etc.

RECURSOS HUMANOS

Contamos com 04 Assistentes Sociais, sendo dois para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e uma para gestão da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, e 01 para a vigilância sócio assistencial do município e 01 Psicólogo. Juntos desenvolvem um serviço psicossocial e gestão da Política Municipal da Assistência Social, como também no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

RECURSOS MATERIAIS

Os materiais disponíveis são equipamentos e são, em parte, suficientes e adequados para a realização das atividades, principalmente no que se refere ao material de consumo e didático para manutenção das ações sócio educativas

7. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange a responsabilidade política, objetivando tornar suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito e responsabilidade do Estado. Nesse sentido, e seguindo as recomendações dessa política, o Município de Pacujá possui os seguintes programas.

❖ CADASTRO ÚNICO/PROGRAMA AUXILIO BRASIL

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações

permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

O Programa AUXILIO BRASIL é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O auxílio Brasil beneficiou, no mês de Janeiro de 2022, **1092 famílias**. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 400,00 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 442.294,00 no mês.

❖ SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇA, ADOLESCENTES E IDOSOS.

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Este serviço realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

Atualmente o município contabiliza 250 usuários do serviço, divididos em diferentes grupos de todas as faixas etárias.

❖ BENEFÍCIOS EVENTUAIS

A garantia dos Benefícios Eventuais no município de Pacujá se respalda através da Lei Municipal de Nº 234/1996, quando institui os Benefícios Eventuais, tendo em vista a Resolução Nº 212/2006 do Conselho Nacional da Assistência Social e Decreto Federal Nº 6.307, de dezembro de 2007. Onde o Poder Executivo Municipal autoriza através de Recursos

Próprios a realização de despesas referentes a Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral e Auxílio em situação de vulnerabilidades temporárias e de calamidade pública e / ou em situação de emergência, possibilitando assim, melhoria da qualidade de vida e proteção social dos segmentos mais vulneráveis.

❖ **BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC**

O BPC garante a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. Nesse sentido a Secretaria do Trabalho e Assistência Social de Pacujá junto com CRAS vem realizando um trabalho de ações continuada no sentido de encaminhar para o INSS as pessoas que possam ser beneficiadas com o BPC, proporcionando através do programa acesso a bens materiais que tragam qualidade de vida aos mesmos.

❖ **PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ**

O Programa Criança Feliz foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, com caráter intersetorial e tendo em vista promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, o programa articula ações das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 – conhecida como Marco Legal da Primeira Infância. O programa fortalece a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com redução de vulnerabilidades e desigualdades e potencializa a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas. Renova, ainda, os compromissos do Brasil com a atenção às crianças com deficiência beneficiárias do BPC e suas famílias e



também às crianças privadas do convívio familiar, em serviços de acolhimento, e suas famílias.

O Programa foi lançado no Município de Pacujá no dia 01 de Julho de 2018 e 100 famílias são atendidas, devido ao pequeno porte do município. O Evento de lançamento contou com a presença das famílias que foram convidadas a participar do Programa e, apesar de muitas serem de localidades distantes, foram pouquíssimas as que não puderam participar. Durante o evento, havia espaços direcionados às crianças com cama elástica, locais para colorir, doces e guloseimas. Durante o evento foi apresentada toda a proposta do Programa e esclarecidas as dúvidas das famílias que estavam presentes.

8. AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ

AÇÃO	OBJETIVO	ESTRATÉGIA	PÚBLICO	LOCAL /DATA
Adesão do Município ao Programa.	Oficializar o interesse do município na adesão do Programa.	Efetivação do Termo de Aceite pelo município de Pacujá. 100 famílias contempladas.	Crianças de 0 a 3 anos, para beneficiários do Programa Bolsa Família, crianças de 0 a 6 anos para os do Benefício de Prestação Continuada, e Gestantes	Pacujá Dezembro de 2017
Início das atividades do Programa no município.	Implantar efetivamente o Programa no município.	Atividades de busca ativa nos territórios, por meio da lista do público prioritário e banco de dados fornecido pelo Cadastro Único.	Famílias beneficiadas pelo Programa	Pacujá Outubro de 2018
Lançamento do Programa Criança Feliz no município.	Apresentar o Programa às famílias identificadas na busca ativa e ao município de maneira geral.	Evento para a apresentação do Programa às famílias, com espaço para as crianças se divertirem. Exposição dos objetivos do Programa e momento para tirar dúvidas.	Famílias identificadas como prioritárias e comunidade em geral	Pacujá, 14 de novembro de 2018
Oficina de construção de brinquedos/ Visitadoras.	Capacitar as visitadoras para a Construção (permanente)	Busca de modelos já utilizados por outros municípios e com base nas orientações das	Visitadoras do PCF	Pacujá



	de brinquedos para uso nas visitas domiciliares.	multiplicadoras, Supervisor e Visitadoras do Programa.		
Reuniões de Planejamento.	Realizar o Planejamento mensal das visitas de cada pessoa beneficiada pelo Programa.	Reunião entre Visitadoras e Supervisor/Orientação de procedimentos a serem adotados nas futuras visitas.	Visitadoras/Supervisor	Pacujá Mensal
Realização de Busca Ativa para a formação de lista de espera complementar.	Montar cadastro reserva de famílias para suprir os desligamentos que ocorrem periodicamente.	Busca nos bancos de dados do Cadastro Único, busca ativa nos territórios de público referente ao Programa, dentre outras ações pontuais.	Público do Programa Criança Feliz	Pacujá realizada periodicamente
Realização de Oficinas de Produção de Brinquedos com as famílias.	Capacitar / melhorar a capacidade das famílias na produção de brinquedos com material reciclável	Realização de momento com a presença das famílias, repassando dicas, promovendo discussões e produzindo brinquedos juntamente com as famílias e visitadoras.	Famílias beneficiadas pelo Programa	Pacujá, segundo semestre de 2018
Início da implantação do Comitê Gestor no município.	Implantar o Comitê Gestor do PCF no município	Inclusão de profissionais de outras secretarias (titular e suplente) buscando enriquecer a intersectorialidade dentro do Programa.	Equipe do PCF	Pacujá Abril de 2019
Realização de palestras a equipe do PCF	Agregar conhecimento a equipe para melhorar a qualidade das visitas domiciliares	Palestras realizadas por profissionais da Saúde, Educação, etc. sobre temas diversos importantes a atuação diária das visitadoras na prática da visita domiciliar.	Equipe PCF	Pacujá, periodicamente
Capacitação das Visitadoras	Capacitar as visitadoras para a ação no território, conhecendo a	Realizar reuniões periódicas para aperfeiçoamento do trabalho das visitadoras, de forma a	Visitadoras PCF	Pacujá, permanente



	realidade das famílias e buscando estratégias de atuação	promover melhor integração entre elas, as famílias e os demais profissionais do serviço.		
Evento - Dias das Mães	Promover a integração entre as Famílias, o Programa e outros serviços do CRAS	Participar, juntamente com a equipe do CRAS, do Evento de comemoração ao Dia das Mães a ser realizado em Maio.	Famílias beneficiárias de Programas e Serviços do CRAS	Pacujá, maio
Reunião de implantação do Comitê Gestor	Reunir a Equipe PCF com os representantes do Comitê Gestor a fim de repassar informações e orientações	Realizar encontro com a presença das Visitadoras, Supervisor, Coordenadora e Membros do Comitê Gestor, além do Secretário de Assistência Social e o Técnico de Gestão.	Visitadoras, Supervisor, Coordenadora e Membros do Comitê Gestor	PACUJA, data a definir
Evento - Dia das Crianças	Promover integração entre as famílias do Programa	Realizar encontro com as famílias no CRAS, realizando atividades com as crianças e suas famílias, juntamente com a equipe do Centro.	Público do Programa Criança Feliz	PACUJÁ, outubro

9.FINANCIAMENTO

Os recursos para a execução do Plano Municipal provém da lei orçamentária anual (LOA) repassada ao fundo do Direito da Criança e do Adolescente, dos programas e projetos voltados a Primeira Infância no SUAS, na Saúde e Educação, dentre outras políticas.

10.CONTROLE E ACOMPANHAMENTO

O plano será acompanhado pela Comissão Municipal da Primeira Infância, como também, através da participação dos conselhos e dos diferentes setores e áreas ou que têm atribuições relativas a um ou mais direitos da criança, ou seja: de Educação, de Saúde, da Assistência Social, de Cultura, dos Direitos da criança e do adolescente.



11. AVALIAÇÃO

A avaliação consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitem estabelecer uma relação de causalidade entre o plano e os resultados. O monitoramento do Plano pela primeira infância será realizado semestralmente pela equipe técnica, comitê da Primeira Infância, conselhos e secretarias verificando os resultados alcançados.





12. AÇÕES FINALÍSTICAS DAS POLITICAS ENVOLVIDAS NO PLANO

a. Crianças Com Saúde

OBJETIVOS	AÇÕES	TERRITORIALIZAÇÃO			SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO		PERIODICIDADE DA AÇÃO	META	SETOR RESPONSÁVEL	INDICADORES DE RESULTADOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO	TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META
		Urb.	Rur.	Grupos Específicos (Citar)	Em execução	A ser implantada						
					(01)	(02)						
Qualificar os profissionais de saúde para melhoria do atendimento												
	Realização de capacitação em caráter de Educação Permanente (EP) com profissionais de nível superior sobre Noções Básicas de assistência ao Pré-Natal e acompanhamento ao bebê até os dois	x	x	Equipe ESF	02		Anual	100% das equipes capacitadas	Coordenação de Atenção à Saúde e Vigilância Epidemiológica w equipe multiprofissional	Nº de capacitações realizadas	Controle de participação	Até 2032



	anos de idade										
	Realização de Oficinas em caráter EP sobre Elaboração de planos de Cuidados para Bebês e Gestantes de risco	X	X	Equipe ESF	02	Anual	100% das Equipes capacitadas	Coordenação de Atenção à Saúde e Vigilância Epidemiológica e NASF Com participação de técnicos convidados	Nº de equipes capacitadas	Controle de presença	Até 2032
Educação em Saúde para adolescentes	Realização de ações de Educação em Saúde sobre gravidez na adolescência	x	x	Escolas cadastradas no PSE	01	Anual	100% das escolas cadastradas no PSE	Equipes da Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família	Nº de Alunos participantes	Fichas e SUS	Até dezembro de 2032





PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ
O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter setorial	Tempo Estimado para o Alcanço da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser Implantada					
						{01}	{02}					
Saúde	Garantir a proteção de crianças na primeira infância contra a	Articulação com a Secretaria de Saúde do	X	X	Crianças de até 6 anos		X	Anual			X	2022



	covid-19	Governo do Estado para vacinação contra Covid-19 das crianças, conforme acontece em outros países.										
Resultados: Melhorar a qualidade de vida das crianças Indicador: Número de crianças imunizadas												
ÁREA Temáti	Objetiv	Ações	Territorialização		Situação de		Periodicida	Meta	Setori	Inter	Tem	



ca	os					Implementação		de da Ação		al	setori al	po Estima do para o Alcance da Meta
			Urba na	Rur al	Públic o Alvo Direto	Em execuç ão	A ser Implanta da					
						{01}	{02}					
Saúde	Fortalecer vinculo entre comunidade e UBS por meio do atendieme nto de puericultur a das crianças menores de 6 anos.	Estimular puericultu ra nas unidades basicas de saúd	X	X	Crianças menores de 6 cadastrad as no município		X	trimestral	80 % das crianças com puericultu ra realiza		X	2028



Resultados:Melhorar a qualidade de vida das crianças Indicador:Número de crianças atendidas pelos serviços de saúde bucal.												



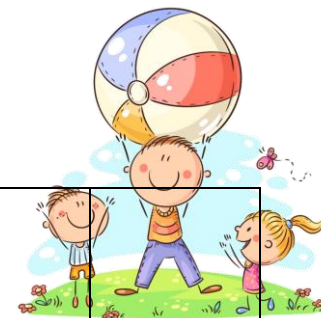


b. Educação Infantil

OBJETIVOS	AÇÕES	TERRITORIALIZAÇÃO			SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO		PERIODICIDADE DA AÇÃO	META	SETOR RESPONSÁVEL	INDICADORES DE RESULTADOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO	TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META
		Urb.	Rur.	Grupos Específicos (Citar)	Em execução	A ser implantada						
					(01)	(02)						
Garantir a gestão da política municipal de educação infantil	Mapeamento e Regularização da rede privada de Educação Infantil pelo Conselho Municipal de Educação- CME	x	x	Centros de Educação Infantil e escolas que atendem 0 a 5 anos	02		Bianual	Mapear 100% dos creches e instituições de Educação infantil da rede pública e privada municipal	CME EDUCAÇÃO	Rede de Educação Infantil regularizada	Relatórios do CME	Junho de 2025



Criação do Fórum Municipal para a Educação Infantil, abertos a profissionais envolvidos	x	x	Professores da educação infantil e Escolas Municipais que atendem 0 a 5	02	Anual	3 fóruns realizados	CME SEDUC	Número de profissionais envolvidos	Relatórios DA EDUCAÇÃO	Até 2025
Promoção de processo seletivo para contratação dos profissionais da rede municipal de educação Infantil	x	x	Professores	02	permanente	100% dos profissionais contratados mediante processo seletivo	educação	Profissionais selecionados	Relatórios EDUCAÇÃO	Até 2025
Assegurar formação complementar (de atividades, lúdicas, recreativas) ao pedagogo que atua na	x	x	Profissionais que atuam na educação infantil	02	Trimestral	100% dos profissionais que atuam na educação	SEDUC	Incorporação da importância do BRINCAR na Educação Infantil	Relatórios SEDUC	Junho de 2025



	Educação Infantil						ão infantil qualificados				
	Construção do equipamento de formação do professor	x	x	Professores do Sistema Municipal de Educação	02	Junho 2018	ESFAP EM construída	SEDUC e Sec. obras	Existência de espaço próprio, adequado para a formação dos professores	Relatórios educação Registro Fotográfico	2025
	Estabelecimento de Parceria com as Universidades para seleção de acadêmicos dos cursos de pedagogia para atuarem como auxiliar da educação infantil, consignando esta carga horária como estagio curricular remunerado.	x	x	Acadêmicos do curso de pedagogia	02	Janeiro 2019	40% das turmas de educação infantil com professor auxiliar	EDUCAÇÃO (Coordenação da Educação Infantil e Superintendência Escolar)	Número de auxiliares de educação infantil qualificados	EDUCAÇÃO	2025



	Construção de Centros de Educação Infantil ampliando o atendimento das crianças de 0 a 3 anos.	x	x	Demand a de crianças de 0 a 3 anos	01	EM processo de pedido	Atender 500 criança s de 0 a 3 aos	SME, Seurb, Convênios: Federais, Estaduais, Municipais e Proares	Acompanha mento da matrícula das escolas	EDUCAÇÃ O	2025
Aprimorar permanentemente a proposta pedagógica, adequando-a aos resultados esperados	Revisão da Proposta Pedagógica Municipal, adequando-a de acordo com as necessidades	x	x	Escolas Municipais que atendem Educação Infantil	02	Fevereiro 2020	100% das instituições públicas de Educação Infantil executando proposta pedagógica revisada	Coordenação da Educação Infantil	Acompanha mento do desenvolvimento das crianças	EDUCAÇÃ O	Dezembro de 2032
Ampliar o atendimento em tempo	Garantia de atendimento em tempo integral	x	x	Escolas Municipais de	02	Janeiro 2020	Atender em tempo	SEDUC (Superintendência e	Acompanha mento da matrícula	EDUCAÇÃ O	Até 2030



integral para crianças de 0 a 1 ano e 11 meses	para crianças de 0 a 1 ano e 11 meses.			Educação Infantil que atendem esta faixa etária			integral 800 crianças 0 a 1 ano e 11 meses Nas pre escolas	Coordenação da Educação Infantil)			
Implantação de Centro de Educação infantil no município, de modo a atender crianças em etapa de escolarização de 0 a 2 anos de idade	Garantia do atendimento escolar de crianças de 0 a 2 anos de idade	x	x	02		Anual		SME CME SEDUC-CE	Acompanha mento do número de matriculas; Indicadores no Censo Escolar	Relatórios SME Relatórios Censo Escolar	Até 2025
Assegurar cursos de atualização		x	x	02		Trimestral		SME CME	Acompanha mento dos professores	Relatórios SME	Até 2030



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ
O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



o para os professore s da Educação Infantil no que diz respeito as competên cias e campos de experiênci as propostos na Base Nacional Comum Curricular								SEDUC-CE			
--	--	--	--	--	--	--	--	----------	--	--	--



ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser Implantada					
						{01}	{02}					
Educação Infantil	Garantir a aprendizagem, de nossas crianças	Atividades diárias de forma lúdica que desperte o interesse de nossas crianças	X	X	Crianças da Educação Infantil		X	Anual	80%	x		2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ
O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



Resultados: Melhorar a qualidade de vida das crianças

Indicador: Número de crianças atendidas





b. A Família e Comunidade da Criança

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser Implantada					
						{01}	{02}					
Assistência Social	Contribuir para o fortalecimento da família no seu papel de proteção; Incluir famílias	Orientar e acompanhar as famílias com crianças de 0 a 6 anos sobre as consequências do descumprimento	X	X	Pais e cuidadores das crianças do SCFV e do		X	Anual	4 encontros anuais	X		2023



**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**

	no sistema de proteção social	das condicionalidades do PBF (Programa Bolsa Família)			Programa Bolsa Família							
Assistência Social	Melhoria na qualidade de vida das crianças	Expansão do Programa Municipal Cheque Cidadão	x	x	Famílias em extrema pobreza	x		Semental	20% ao ano	x		2024

Resultados: Melhorar as relações parentais entre pais, filhos e cuidadores

Indicador: Número de famílias atendidas

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter seto rial	Tempo Estima do para o Alcance
			Urbana	Rural	Público Alvo	Em execução	A ser Implanta					



**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**

					Direto	ão	da					da Meta
						{01}	{02}					
Assistên cia Social	Desenvolv er ações para Erradicaçã o do Sub- registro Civil de nasciment o	Realizar campanh as pela erradicaç ão do Sub- registro civil de nascimen to, promovid as pelo Comitê da Primeira Infância em parceria com a Secretaria	X	X	Crianças e adolescent es de 0 a 17 anos		X	Anual	1 campan ha por ano		X	2025



**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**

		do Trabalho, Assistênci a Social, Habitação e Cidadania .										
Resultados: A erradicação do Sub-registro civil de nascimento Indicador:Número de crianças e adolescentes atendidas												



OBJETIVOS	AÇÕES	TERRITORIALIZAÇÃO			SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO		PERIODICIDADE DA AÇÃO	META	SETOR RESPONSÁVEL	INDICADORES DE RESULTADOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO	TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META
		Urb.	Rur.	Grupos Específicos (Citar)	Em execução	A ser implantada						
					(01)	(02)						
Ampliar o número de crianças atendidas o serviço de convivência de 0 a 3 anos	Readequação física e metodológica para atendimento de 0 a 3 anos nos CRAS (crianças e famílias)	x		Crianças em situação de extrema pobreza	01		permanente	500 CRIANÇAS	SCFV	Aumento do número de crianças envolvidas	Relatórios de atividades dos CRAS	Dez/2024



Desenvolver atividades, por território, que busquem o desenvolvimento das crianças e o fortalecimento das famílias	Implantação do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Infantil, atuando com as crianças de 0 a 6 anos por território	x		Crianças em situação de extrema pobreza	02	Permanente	1.400 famílias atendidas/ano	CRAS	Famílias acompanhadas pelo programa	Relatórios de avaliação do programa	Dez/2026
Fortalecer os vínculos familiares entre os pais adolescentes e seus filhos	Realização de atividades de orientação e prevenção da gravidez na adolescência	x		Adolescentes e pais mais vulneráveis	02	permanente	350 adolescentes	CRAS Sec. Saúde	Pessoas envolvidas	Relatórios CRAS	Contínuo
	Ação ampla para formação dos pais adolescentes (durante a gestação), multidisciplinar (nutrição, educação física etc),	x		Pais adolescentes	02	permanente	300 atendimentos ano	CRAS SEC. EDUC SEC SAÚDE	Pessoas envolvidas	Relatórios CRAS	Continua



	processual, através da metodologia Rota da Paz										
	Implantação de oficinas de fortalecimento da paternagem (paternidade com afeto)	x		Pais (homens)	02	permanente	500 atendim entos ano	STDS	Pais envolvidos	Relatórios CRAS	Continua
Fortalecer os vínculos comunitários	Criação de um fórum permanente de discussão por território	x		Lideranç as comunitá rias e pais	01	permanente	6 encontr os/ano (2 por territóri o CRAS)	STDS	Pessoas envolvidas	Relatórios CRAS	Continua
	Criação de um fórum virtual da rede da primeira infância	x	x	Sociedad e em geral	02	permanente	Criação de 1 web site	STDS	Rede funcionando	Relatórios CRAS	Dez/2015





d. Assistência Social à Crianças e suas Famílias

OBJETIVOS	AÇÕES	TERRITORIALIZAÇÃO			SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO		PERIODICIDADE DA AÇÃO	META	SETOR RESPONSÁVEL	INDICADORES DE RESULTADOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO	TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META
		Urb.	Rur.	Grupos Específicos (Citar)	Em execução	A ser implantada						
					(01)	(02)						
Ampliar o número de famílias inseridas no CADUNICO e auxílio Brasil												
	Georreferenciamento das famílias inseridas no Cadunico	X	x		01		Permanente	2.562 famílias pontuadas até junho/2014	CRAS/CAD UNICO	famílias georreferenciadas	Cadunico	2025
	Busca ativa das famílias em	X	x		01		permanente	100% das	STDS/CRAS	famílias identificadas	Cadunico	Até 2032



	situação de extrema pobreza						famílias em extrema pobreza		e cadastradas		
Garantir o acesso das crianças de 0 a 6 anos com deficiência nos serviços	Realizar diagnóstico das crianças de 0 a 6 anos com deficiência (por território do CRAS)	X	x	Crianças com Deficiência	02	permanente	100% das crianças identificadas	SASTSA/CRAS	Crianças com deficiência identificadas	Relatórios	Dez/2032
	Realização de parceria com a Pastoral da Criança e profissionais da saúde para atuarem de forma itinerante junto aos familiares das crianças com deficiência de 0	X	X	Voluntários da Pastoral da Criança	02	permanente	100% dos familiares de crianças com deficiência de 0 a 3 anos acompanhadas	SEDUC STDS Pastoral da Criança	Acompanhamento do desenvolvimento das crianças com deficiência de 0 a 3 anos	Relatórios CRAS e Saúde	Até 2032



	a 3 anos										
Garantir os benefícios eventuais a quem necessitar	Criação da Lei de benefícios eventuais do município	x	x		01	única	1 lei	STDS	Lei aprovada e sancionada	Registro Diário Oficial	contínuo
Garantir o acesso a transferência de renda das famílias vulneráveis do Município	Criação de Programa de Transferência de Renda – chamado renda mais Pacujá	x	x	População vulnerável	x	x	lei	STDS	Enviado a Câmara	Camara	Junho de 2022





PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ
O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



AGRICULTURA

Política de Atendimento: Agricultura

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodic idade da Ação	Meta	Setori al	Inter setorial	Te mp o Estima do para o Alcanc e da Meta
			Urbana	Rura l	PúblicoAlv o Direto	Em execuçã o	A ser Implantad a					
						{01}	{02}					
Segurança Alimentar	Orientar e mostrar a importância dos	Palestras, oficinas com demonstraçõ es dos	x	x	Crianças de 2 a 6 anos		x	Bimestra l	Fazer com que o público alvo conheça e consuma		x	5 anos



	alimentos da agricultura familiar local.	alimentos do Programa Alimenta Brasil Compra com Doação Simultânea (PAB CDS)							alimentos da própria localidade.			
Agroecologia	Orientar a importância do uso agroecológico e/ou orgânico na produção alimentar	Palestras e oficinas demonstrativas.	x	x	Crianças de 5 e 6 anos		x	Semestral	Fazer com que o público alvo tenha conhecimento do manuseio do uso orgânico e assim compreender o processo de produzir de forma sustentável		x	6 anos





PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ
O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade de da Ação	Meta	Setorial	Inter setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser Implanta da					
						{01}	{02}					
Coleta Seletiva	Orientar separar os resíduos de forma adequada	Palestras	x		x	Crianças de 5 e 6 anos.		x	Bimestral	Fazer com o público alvo se conscienti ze sobre o destino adequado do lixo.	x	2 anos



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PACUJÁ
O NOVO TRABALHANDO PARA O POVO

**Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social**



Mudas	Incentivar o reflorestamento	Palestras, oficinas e plantio de mudas	x	x	Crianças 3 a 6 anos		x	Semestral	Fazer com que o público alvo reconheça mudas nativas locais		x	4 anos
-------	------------------------------	--	---	---	---------------------	--	---	-----------	---	--	---	---------------





O PRESENTE PLANO SERÁ ENVIADO PARA OS SEGUINTE ORGÃOS:

- MINISTÉRIO DA CIDADANIA – SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
- SELO UNICEF – MUNICIPIO APROVADO, VIA PLATAFORMA CRESCENDO JUNTOS – CEARÁ
- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PACUJÁ
- CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PACUJÁ
- SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO
- CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

